

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2020

financeiro, como é o caso do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de todos os normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Além disso, a CESP busca continuamente incorporar novas práticas e condutas de Governança Corporativa, inclusive superiores ao requerido pelo Segmento de Listagem do Nível 1 da B3. A CESP também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, um instrumento importante para administradores e investidores acompanharem as práticas de Governança Corporativa das companhias brasileiras.

SUSTENTABILIDADE

A CESP configura-se no setor de energia como empresa sólida, com o compromisso de incorporar na estratégia de sua nova gestão e de seus negócios, as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, minimizando os impactos sociais e ambientais de suas operações. Parte importante desta estratégia está pautada no rigoroso cumprimento dos requisitos legais, bem como no mapeamento e implantação de ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e identificação e priorização dos temas materiais que refletem os impactos ambientais, econômicos e sociais mais significativos da Companhia e influenciariam nas decisões das partes interessadas. O aspecto do meio ambiente é valor fundamental para a CESP, que adota ações de identificação de riscos e impactos decorrentes de suas atividades com base em programas e ações voltados ao monitoramento e controle. A CESP, ciente da importância do seu papel social, está implantando um modelo de atuação social em consonância com as principais diretrizes de Responsabilidade Social Empresarial. Para isso, junto às orientações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, procura atuar dentro às comunidades do entorno do empreendimento de maneira transparente e participativa, visando o empoderamento e protagonismo socioambientais destes públicos. Para tanto, promoveu-se o Diagnóstico Socioambiental Participativo, onde foram criados espaços de diálogo com os públicos locais para identificação de temas e questões de interesse de todos com o intuito de gerar valor compartilhado. A CESP em parceria com o Instituto Votorantim, promoveu entre seus funcionários o Desafio Voluntário, para fomentar a cultura de voluntariado por meio da promoção de iniciativas sociais, e a Campanha #ViaSolidária, ação que tem o objetivo de incentivar a cultura de doação para projetos que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Adicionalmente, a CESP atua em 2 grandes projetos fora de sua área de concessão, o Instituto Criança Cidadã - ICC (https://www.iccsp.org.br/) e a Fundação Energia e Saneamento (http://www.museudaenergia.org.br/), nos quais faz parte dos Conselhos Administrativos e realiza significativos aportes financeiros.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2020, a produção de energia pelas usinas da CESP ficou em linha com a verificada no ano de 2019 (aumento de 3 MWh) e foi influenciada por uma geração menor no primeiro semestre por conta da redução da carga do SIN devido aos efeitos da pandemia do COVID-19 e pela crise hídrica que se acentuou no segundo semestre. Com relação às UHEs Paraíba e Jaguari, a programação de produção dessas usinas se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo ONS da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. Em 2020, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,7%, valor superior ao 93,9% de 2019, demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas em 2020 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração. O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R\$1,9 bilhão, aumento de R\$346 milhões (+22%) em relação a 2019, majoritariamente decorrente de:

- Comercializações: Aumento de R\$323 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de -R\$57 milhões; e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar. • Trading: Início das operações de trading pela CESP Comercializadora, com receita de R\$112 milhões em 2020. • Distribuições: Aumento de R\$17 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual. Esses efeitos foram parcialmente compensados por: • Instrumentos de Derivativo: Despesa de R\$117 milhões pela variação do dólar no exercício na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar. • Energia de curto prazo: Redução de R\$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,104 bilhões em 2020, mesmo patamar do valor de R\$1,088 registrado em 2019. Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir: Reversão de provisão de litígios: Em 2020, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$267 milhões em linha com a estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2019 houve reversão no montante de R\$332 milhões. Efeitos não recorrentes: inclui: (i) Programa de Demissão Voluntária: Em 2020, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R\$15 milhões referente a gastos médios remanescentes dos ex-funcionários que aderiram ao programa de Demissão Voluntária ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados. Em 2019 os gastos com PDV somam R\$111 milhões e incluem os dois programas ocorridos durante o ano. (ii) Impairment: Em 2020 a reversão de impairment do ativo imobilizado foi de R\$8 milhões, frente aos R\$120 milhões registrados em 2019. (iii) Ativo contingente: ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº 458/2015. Efeitos não caixa: Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. Em 2020, o montante foi de R\$419 milhões explicado pela depreciação de R\$397 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R\$21 milhões. Em 2019, os efeitos não caixa somaram R\$380 milhões, explicado, principalmente, pelo valor de depreciação e amortização no exercício. Baixa de depósitos judiciais: Em 2020, foi reconhecida a despesa de R\$66 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos. Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais em 2020 totalizaram R\$882 milhões, aumento de 8% em relação a 2019, quando reportou R\$834 milhões. Energia comprada: Aumento de R\$62 milhões em relação a 2019, decorrente, principalmente, da compra de energia para operações de trading no montante de R 583 milhões em 2020 que, quando excluídas, reduzem em 4% o custo de compra de energia, demonstrando a gestão assertiva na equalização do balanço energético, com um preço médio de compra de R\$204 MWh, 17% inferior ao de 2019 (R\$247 MWh). Pessoal e Administradores: Em 2020, os gastos com pessoal e administradores atingiram R\$77 milhões, redução de 32% em relação a 2019, decorrente do ajuste do quadro de funcionários com a mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento e capacitação profissional. Serviços de terceiros, materiais e alugueis: Em 2020, somou R\$38 milhões, redução de 28% em relação a 2019, destaque para o foco na disciplina de custos.

Table with columns: EBITDA, EBIT/EBITDA Consolidado - R\$ mil, 2020, 2019, Variação (%). Rows include Lucro líquido, IR e CSLL líquidos, Resultado financeiro, = EBIT, Depreciação/amortização, EBITDA, PDV, Reversão provisão para litígios, Ajuste ativo contingente - Jupia e Ilha Solteira, Baixa de depósitos judiciais, Reversão de impairment, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustado.

O resultado financeiro líquido de 2020 registrou despesa de R\$556 milhões comparado a despesa de R\$347 milhões apresentada de 2019. A variação pode ser explicada principalmente, por: Outras despesas financeiras: Aumento de R\$113 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$60 milhões; (ii) pelo pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R\$11 milhões e baixa proporcional do custo de captação no montante de R\$14 milhões; e (iii) ajuste a valor presente do reconhecimento in loco em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R\$19 milhões. Receitas financeiras: Redução de R\$45 milhões decorrente do menor nível do CDI que corrige as aplicações da Companhia. Atualização do saldo de provisão para litígios: Aumento de R\$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGP-M como indexador. Baixa de depósitos judiciais: Despesa de R\$24 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados das contrapartes. Encargos de dívidas: Redução de R\$13 milhões devido, principalmente, a reduções dos juros apropriados durante o ano de 2020, pela diminuição do CDI médio.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2020 registrou despesa de R\$556 milhões comparado a despesa de R\$347 milhões apresentada de 2019. A variação pode ser explicada principalmente, por: Outras despesas financeiras: Aumento de R\$113 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R\$60 milhões; (ii) pelo pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R\$11 milhões e baixa proporcional do custo de captação no montante de R\$14 milhões; e (iii) ajuste a valor presente do reconhecimento in loco em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R\$19 milhões. Receitas financeiras: Redução de R\$45 milhões decorrente do menor nível do CDI que corrige as aplicações da Companhia. Atualização do saldo de provisão para litígios: Aumento de R\$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGP-M como indexador. Baixa de depósitos judiciais: Despesa de R\$24 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados das contrapartes. Encargos de dívidas: Redução de R\$13 milhões devido, principalmente, a reduções dos juros apropriados durante o ano de 2020, pela diminuição do CDI médio.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R\$1,7 bilhão, contra um lucro de R\$1,1 bilhão em 2019. O principal impacto no lucro deste ano é o reconhecimento do IR/CSLL diferido no montante de R\$1,5 bilhão.

Com a revogação da ICVM nº 371/2002, que limitava em 10 anos o prazo máximo para a realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia constitui o imposto diferido (IR/CSLL) de R\$1,5 bilhão, valor que contempla 100% do prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, garantido pela norma contábil que não limita o período para realização de impostos diferidos. Importante destacar que isso foi possível, uma vez que a realização de todo o IR/CSLL diferido será no período atual da concessão da UHE de Porto Primavera.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.826 milhões contra R\$1.791 milhões ao final de 2019.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto, a CESP captou R\$1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e R\$20,5 milhões. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão, que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de cinco anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma a melhor adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 7,8 anos. A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de setembro de 2020 era de R\$713 milhões contra R\$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 era de R\$1.216 milhões contra R\$ 1.010 milhões em 31 de dezembro de 2019.

REMUERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração aprovou em reunião de 16 de dezembro de 2020, a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$150 milhões (data ex-JCP 22 de dezembro de 2020), e em reunião de 11 de fevereiro de 2021, o Conselho aprovou a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$700 milhões (data ex-dividendo será no dia 05 de abril de 2021). Com isso, atingimos um payout de 49% sobre o lucro líquido de 2020 e dividend yield de -9% para as três classes de ações da CESP.

MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias ("CESP3") e ações preferenciais classes A e B ("CESP5 e CESP6", respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que está listada as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Em 31 de dezembro de 2020 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$28,97. Desde o início deste ano, há um crescimento significativo da liquidez diárias das ações CESP6 que apresentaram uma liquidez média diária de R\$51 milhões no último trimestre de 2020 (vs. R\$35 milhões negociados no último trimestre de 2019). As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$27,80. As ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$35,62, no mesmo 31 de dezembro de 2020. O valor de mercado da CESP em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$3,4 bilhões comparado a R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

O fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em 2020 foi de R\$743 milhões, o que representa um índice de conversão de caixa de -73%. O aumento de R\$48 milhões em relação a 2019, deve-se principalmente, pela redução no capital de giro decorrente do maior PDV em 2019.

CAPEX

Em 2020 o Capex foi de R\$16 milhões destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidrelétricas.

PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

Diversos reconhecimentos de mercado atestam a qualidade da gestão e das operações da nossa Companhia. Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o selo Great Place to Work - GPTW, e passamos a integrar o ranking da GPTW como uma das melhores empresas para trabalhar.

AUDITORES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP esclarece que a empresa PricewaterhouseCoopers, no exercício de 2020, prestou a esta Companhia, somente serviços de auditoria.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), trazendo consequências para nossas vidas e para a economia. A CESP agiu com presteza nesse cenário, adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de todos seus funcionários, bem como garantindo a continuidade da prestação do serviço de geração de energia com excelência. A resiliência do nosso portfólio de clientes, a agilidade de reação ao novo ambiente e a robustez de nossa estrutura de capital foram essenciais para mitigarmos os impactos trazidos pela Covid-19. A evolução da pandemia trouxe ainda mais para o centro das discussões os temas socioambientais e a necessidade de uma economia responsável com o futuro. No setor elétrico brasileiro, a transição energética integra a evolução para um país melhor e mais consciente. Este caminho promissor e sem volta, demanda estratégias e investimentos e, ao mesmo tempo, exige que a regulamentação do setor evolua com celeridade. A CESP, uma empresa de geração de energia 100% renovável é parte importante para a solução desse desafio. Como destaque em 2020, demos um importante passo na maturidade de nossa gestão sobre aspectos socioambientais e de governança (ESG - Environmental, Social and Governance), por meio da identificação dos temas materiais e da definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários. Com engajamento e envolvimento de lideranças, criamos a Plataforma de Sustentabilidade da CESP com três linhas temáticas: Proatividade Ambiental e Climática, Desenvolvimento Local e Humano e Crescimento Inclusivo. Divulgamos também, pela primeira vez, nosso Relatório Anual, que tem sua estrutura e seu conteúdo inspirados nos princípios de Relato Integrado da Iniciativa Internacional para o Relato Integrado (IRRC). A CESP aprimora e promove constantemente a adoção das melhores práticas de governança corporativa e tem como compromisso a continuidade da sua atuação em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da CESP e seus negócios. Em fevereiro de 2021, estabelecemos as bases para a criação da Comissão de Sustentabilidade, com a finalidade de apoiar o Conselho de Administração e o corpo gestor da CESP na incorporação dos aspectos socioambientais e financeiros no processo de tomada de decisão estratégica e direcionamento do negócio. Avancamos também em nossa agenda de transformação digital, reduzindo riscos, automatizando processos e alcançando respostas mais ágeis na adoção de novas tecnologias. Iniciamos, assim, nossa jornada de dados/análises, gerando uma cultura de confiança da informação orientada a dados (data-driven). Em termos operacionais, um dos indicadores de desempenho mais importantes, o índice de disponibilidade médio das usinas, atingiu a média de 95,7%, no fechamento de 2020, em uma trajetória consistente e sustentada de aumento, acima dos níveis de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando de forma contínua a boa gestão da operação e manutenção e, consequentemente, maior eficiência na disponibilidade das usinas. Durante o ano de 2020, continuamos perseguindo a estratégia desenhada na gestão do balanço energético, aliada à sazonalização da garantia física de forma planejada, mantendo a gestão do nosso portfólio de clientes. Importante destacar, que durante o ano de 2020, a CESP aproveitou as janelas de oportunidade no mercado e comprou, aproximadamente, 90% da energia necessária para o equilíbrio de seu balanço energético em 2021. Em relação ao contencioso passivo, continuamos com a estratégia e gestão das ações judiciais com assessores jurídicos e financeiros para complementar a nossa equipe jurídica. Terminamos o ano de 2020, com uma redução, após a correção monetária, de R\$2,9 bilhões nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2019, explicado pela combinação de: (i) decisões judiciais favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; e (iii) revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos. Esses resultados estão em linha com nossa determinação por uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução deste risco. Nossos resultados financeiros refletem a diligência na execução de nossas estratégias, alcançando um EBITDA Ajustado consolidado de R\$1 bilhão em 2020, crescimento de 35% em relação a 2019 refletindo a excelência operacional, a gestão adequada do balanço energético e a disciplina em custos e despesas. A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque nesse contexto. Geramos em 2020 R\$743 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa de 73%. Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto de 2020, a CESP captou R\$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. Com essa operação, a dívida da CESP teve um aumento de 5 anos no prazo médio, mantendo o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma a adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. A combinação da forte geração de caixa com o resultado líquido de 2020, permitiu a proposta de distribuição de proventos aos acionistas no montante de R\$850 milhões, sendo R\$150 milhões via juros sobre capital próprio (JCP) já deliberados em 2020 e R\$700 milhões via dividendos, representando um payout de 49% e dividend yield de -9%, com pagamento nos meses de abril e setembro de 2021. Por fim, ressaltamos que a CESP inicia 2021 ainda mais preparada para aproveitar as oportunidades que surgirão e comprometida em criar e oferecer as melhores soluções em energia, gerando e compartilhando riqueza de forma sustentável por meio da transformação das pessoas e da sociedade. Muito obrigado a todos que nos acompanham nessa trajetória.

Mário Bertocchini Diretor Presidente e de Relações com Investidores Marcelo de Jesus Diretor Financeiro

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica. Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF 92"), resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera - produção independente de energia e UHE Paraíba) com um total de 16 unidades geradoras, 1.627 MW de potência e 935 MW médios de garantia física de energia. As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado. Em maio de 2020, chegou ao termo final a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguari e, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da CESP realizada em 28 de junho de 2019, a empresa decidiu pelo não renovação da concessão dessa usina, que representava menos de 2% da sua energia assegurada para. Em novembro de 2020, a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 409/2020 designou Furnas Centrais Elétricas S.A. como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Jaguari a partir de 1º de janeiro de 2021. A CESP operou a UHE de Jaguari, de junho a dezembro de 2020, via regime de cotas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na CESP, o objetivo da Governança Corporativa é de contribuir para a criação de valor aos acionistas e stakeholders da Companhia, em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da CESP e seus negócios. Dessa forma, a Companhia acredita firmemente que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa contribui para o sucesso e a prosperidade de todas suas atividades. Neste sentido, a CESP segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia, seus acionistas e o mercado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Receita líquida, Custo do serviço de energia elétrica, Custo com energia elétrica, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro operacional antes das participações societárias, Resultado de participações societárias, Resultado financeiro líquido, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício, Lucro líquido por lote de mil ações, em reais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Geração do valor adicionado, Receita bruta, Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, Insuamos, Energia comprada, Serviços de terceiros, Materiais, Outros custos operacionais, Valor adicionado bruto, Retenções, Depreciação e amortização, Contratos futuros de energia, Valor adicionado líquido gerado, Transferências, Receitas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Benefícios pós-emprego, Equivalência patrimonial, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Outras, Reversão de provisão para litígios, Baixa de depósitos judiciais, Provisão (Reversão) para obrigações socioambientais, Reversão de impairment de ativo imobilizado, Reversão de provisão para redução a valor realizável de almoxarifados, Reversão (Provisão) de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais, Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia, Seguros, Outras receitas, líquidas, Valor adicionado a distribuir.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include PASSIVO CIRCULANTE, Fornecedores, Energia comprada para revenda, Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos, Instrumentos financeiros derivativos, Contratos futuros de energia, Obrigações estimadas e folha de pagamento, Tributos a recolher, Encargos setoriais, Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio, UBP - Uso do bem público, Obrigações socioambientais, Outros passivos, NÃO CIRCULANTE, Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos, Instrumentos financeiros derivativos, Contratos futuros de energia, Encargos setoriais, UBP - Uso do bem público, Provisão para litígios, Obrigações socioambientais, Benefícios pós-emprego, Outros passivos, TOTAL DO PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Capital social, Reservas de capital, Reservas de lucros, Ajustes de avaliação patrimonial, Outros resultados abrangentes, TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados para o resultado, Hedge accounting operacional, Hedge accounting operacional - reflexo, Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado, Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1), Total do resultado abrangente do exercício.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pessoal

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Remuneração do trabalho, Remuneração do pessoal-chave da Administração.

Financiadores e alugueis

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Juros e encargos de dívidas, Outras despesas financeiras, Alugueis.

Intrasetoriais - Encargos regulamentares

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH, Reserva Global de Reversão - RGR, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.

Tributos e contribuições sociais

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Federal, Estaduais.

Acionistas

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Realização de reserva de lucros a realizar, Juros sobre capital próprio, Dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos adicionais propostos, Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação), Constituição de reserva legal, Constituição de reserva estatutária, Retenção de lucros.

Valor adicionado distribuído

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Valor adicionado distribuído.

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa, Depreciação e amortização, Baixa de ativo imobilizado e intangível, Reversão de impairment de ativo imobilizado, Equivalência patrimonial, Juros, variações monetárias e variações cambiais, Apropriação de custos de captação, Reversão de provisão para litígios, Atualização do saldo de provisão para litígios, Atualização do saldo de depósitos judiciais, Baixa de depósitos judiciais, Provisão (Reversão) de obrigações socioambientais, Prêmio repactuacão risco hidrologico, Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia, Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, Reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável de almoxarifados, Reversão da provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais, Hedge Accounting operacional, Atualização do saldo de benefícios pós-emprego, Ajuste a valor presente sobre benefícios pós-emprego, Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais, Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público, Ajuste a valor presente de arrendamentos, Contratos futuros de energia.

DECRÉSCIMO (ACRÉSCIMO) EM ATIVOS

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Contas a receber, Almoxarifado, Despesas antecipadas, Cauções e depósitos judiciais, Instrumentos financeiros derivativos, Outros ativos.

ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) EM PASSIVOS

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Fornecedores, Energia comprada para revenda, Instrumentos financeiros derivativos, Tributos a recolher, Pagamentos a benefícios pós-emprego, Encargos setoriais, Pagamentos de litígios, Obrigações socioambientais, Pagamento de UBP - Uso do bem público, Obrigações estimadas e folha de pagamento, Outros passivos, Caixa gerado nas operações, Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, Imposto de renda e contribuição social pagos, Caixa líquido gerado nas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Aquisição de investimentos, Dividendos recebidos, Aquisição de imobilizado, Aquisição de intangível, Pagamento da outorga, Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Captação de recursos, líquido dos custos de captação, Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures, Liquidação de arrendamento mercantil, Pagamento de dividendos.

CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Table with columns: Nota, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento, Acréscimo (Decréscimo) de caixa e equivalentes, Saldo inicial de caixa e equivalentes, Saldo final de caixa e equivalentes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

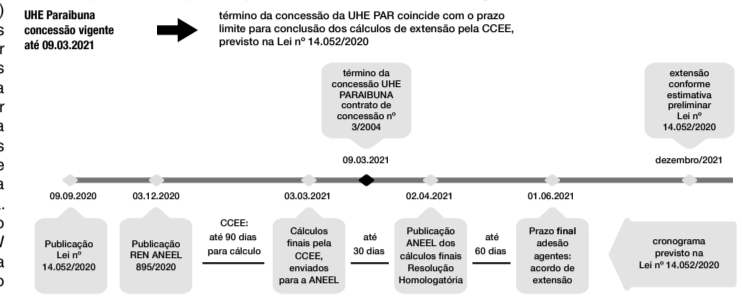
	Nota	Capital social (Nota 23.1)	Reservas de capital (Nota 23.2)	Reservas de lucros (Nota 23.3)	Dividendos adicionais propostos (Nota 23.6)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23.4)	Outros resultados abrangentes (Nota 23.5)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>		5.975.433	1.929.098	554.588	-	(976.752)	(380.301)	-	7.102.066
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	-	-	-	-	28.129	-	(28.129)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.163.014	1.163.014
Hedge accounting operacional	-	-	-	-	-	-	25.501	-	25.501
Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	-	-	-	-	-	-	(541.086)	-	(541.086)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>28.129</b>	<b>(515.585)</b>	<b>1.134.885</b>	<b>647.429</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados	-	-	-	1.290	-	-	-	-	1.290
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	58.151	-	-	-	(58.151)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(35.442)	-	-	-	35.442	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(597.543)	(597.543)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(8.337)	(8.337)
Constituição de reserva de lucros estatutária	-	-	-	101.259	-	-	-	(101.259)	-
Retenção de lucros	-	-	-	405.037	-	-	-	(405.037)	-
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>				<b>530.295</b>				<b>(1.134.885)</b>	<b>(604.590)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>5.975.433</b>	<b>1.929.098</b>	<b>1.084.883</b>		<b>(948.623)</b>	<b>(895.886)</b>		<b>7.144.905</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	-	-	-	-	28.965	-	(28.965)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.728.762	1.728.762
Hedge accounting operacional	23,5	-	-	-	-	-	(64.159)	-	(64.159)
Hedge accounting operacional - reflexo	10	-	-	-	-	-	(23.618)	-	(23.618)
Ajuste de benefícios pós-emprego CPC 33 (R1)	19	-	-	-	-	-	(982.134)	-	(982.134)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>28.965</b>	<b>(1.069.911)</b>	<b>1.699.797</b>	<b>658.851</b>
Destinação do lucro líquido do exercício	23,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	86.438	-	-	-	(86.438)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(150.001)	(150.001)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(447.542)	(447.542)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(252.622)	(252.622)
Constituição de reserva de lucros estatutária	-	-	-	90.738	-	-	-	(90.738)	-
Retenção de lucros	-	-	-	672.456	-	-	-	(672.456)	-
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>				<b>849.632</b>				<b>(1.699.797)</b>	<b>(597.543)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>5.975.433</b>	<b>1.929.098</b>	<b>1.934.515</b>		<b>(919.658)</b>	<b>(1.965.797)</b>		<b>7.206.213</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Considerações gerais: 1.1 Contexto operacional:** A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem como acionista controladora a VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"). Em conjunto com sua controlada CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora") (Nota 1.2 (a)), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações, de acordo com as melhores práticas de mercado. A Companhia integra o Índice Brasil Ampla, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública. A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e uma no regime de cotas (Nota 1.2 (d)), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia. Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Desse modo, concluímos que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro/2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para 02/04/2021, conforme cronograma abaixo:



Por fim, no que diz respeito à UHE Parabiuna, a ANEEL encaminhou à CESP o Ofício nº 36/2021, em 27.01.2021, propondo adesão a rito específico para a extensão de prazo de outorga, conforme Lei nº 14.052/2020, mediante assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão prevendo antecipação da extensão em 6 meses, já que, provavelmente, até essa data não terão sido completadas todas as etapas para a efetivação da extensão definitiva. Conforme Ofício nº 49/2021, a CESP deverá se manifestar acerca da intenção da extensão de prazo, sobre a eventual prorrogação da concessão em regime de cotas e sobre a concordância com os termos propostos na Nota Técnica nº 43/2021, parte do Ofício nº 36/2021, até 12/02/2021, conforme evento subsequente. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e resumo das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretadas "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de fevereiro de 2021. **2.1 Consolidação:** Conforme item 1.2 (a), a Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora. Com o início das operações de comercialização de energia em janeiro de 2020 a Companhia passa a divulgar, também, suas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia consolida a CESP Comercializadora, pois possui participação de 100% de seu capital votante e detém controle sobre a Companhia, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. Transações, saldos e resultados de transações entre a controlada e a Companhia são eliminados. **2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

**7.3 Movimentação**

	Controladora e consolidado					
	2019	Adições	Atualização	Convertidos/Levantados	Baixas	2020
<b>Depósitos judiciais</b>						
Ações civis	171.625	142	4.026	(461)	(11.856)	163.476
Ações trabalhistas	93.729	5.854	2.133	(8.913)	(55.463)	37.340
Ações tributárias	29.940	-	438	(849)	(17.887)	11.642
Ações ambientais	43.963	-	919	(112)	(1.730)	43.404
Outros depósitos judiciais	3.181	10	76	-	-	3.267
<b>Total</b>	<b>342.438</b>	<b>6.006</b>	<b>7.592</b>	<b>(10.335)</b>	<b>(86.936)</b>	<b>258.765</b>

	Controladora e consolidado					
	2019	Adições	Atualização	Convertidos/Levantados	Baixas	2020
<b>Cações</b>						
Depósitos vinculados - CCEE	1.277	423	31	-	-	1.731
Depósitos vinculados - ANEEL	264	1	-	(265)	-	-
<b>Total</b>	<b>1.541</b>	<b>424</b>	<b>31</b>	<b>(265)</b>	<b>-</b>	<b>1.731</b>

**8. Imposto de renda e contribuição social diferidos: 8.1 Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O tributo sobre a renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estão relacionados com a mesma autoridade fiscal. **8.2 Composição:** Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2020 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções com prazo limite de cada concessão adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada realizaram testes de *impairment* para suportar o saldo de impostos diferidos. Com a revogação da LICVM nº 371/2020, em agosto de 2020, que limitava o prazo máximo em dez anos para realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e sua controlada passaram a utilizar como estimativa o prazo de concessão de suas usinas. A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) aprovado no Conselho de Administração que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superior ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa são recuperados em sua totalidade até 2037. As projeções financeiras utilizaram premissas definidas e, como resultado, observou-se acréscimo na previsão de utilização dos créditos tributários, com relação ao teste realizado no exercício anterior. Desta forma, a Administração constituiu o montante de R\$ 1.513.477 (R\$ 1.039.635 em 31 de dezembro de 2019) adicionais como imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 27.2).

	Controladora e consolidado					
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Montantes registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.040.974	157.324	-	-	1.040.974	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	66.781	53.488	(66.781)	(53.488)
Provisão para litígios	594.407	489.663	-	-	594.407	489.663
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	508.951	127.870	-	-	508.951	127.870
Provisão ativo regulatório	461.031	341.722	-	-	461.031	341.722
Hedge accounting operacional	2.170	-	444	2.170	(444)	-
Outras provisões	84.960	52.689	5.801	-	79.159	52.689
<b>Total</b>	<b>2.692.493</b>	<b>1.169.268</b>	<b>72.582</b>	<b>53.932</b>	<b>2.619.911</b>	<b>1.115.336</b>

**Efeito em outros resultados abrangentes (b)**

	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Hedge accounting operacional	19.915	-	-	13.137	19.915	(13.137)
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	473.762	490.451	-	-	473.762	490.451
Benefícios pós-emprego	656.812	284.762	-	-	656.812	284.762
<b>Total</b>	<b>1.150.489</b>	<b>775.213</b>	<b>-</b>	<b>13.137</b>	<b>1.150.489</b>	<b>762.076</b>

**Total ativo, líquido do passivo (a-b)**

	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Montantes não registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	-	888.506	-	-	-	888.506
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	13.897	-	-	(13.897)
Provisão para litígios	-	127.224	-	-	-	127.224
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	-	386.319	-	-	-	386.319
Provisão ativo regulatório	-	119.309	-	-	-	119.309
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.521.358</b>	<b>-</b>	<b>13.897</b>	<b>-</b>	<b>1.507.461</b>

**Imposto de renda e contribuição social**

	Controladora e consolidado					
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Montantes registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.040.974	157.324	-	-	1.040.974	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	66.781	53.488	(66.781)	(53.488)
Provisão para litígios	594.407	489.663	-	-	594.407	489.663
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	508.951	127.870	-	-	508.951	127.870
Provisão ativo regulatório	461.031	341.722	-	-	461.031	341.722
Hedge accounting operacional	3.799	-	444	3.799	(444)	-
Contratos futuros de energia	7.291	-	-	-	7.291	-
Outras provisões	85.200	52.689	5.801	-	79.399	52.689
<b>Total</b>	<b>2.701.653</b>	<b>1.169.268</b>	<b>72.582</b>	<b>53.932</b>	<b>2.629.071</b>	<b>1.115.336</b>

**Efeito em outros resultados abrangentes (b)**

	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Hedge accounting operacional	19.915	-	-	13.137	19.915	(13.137)
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	473.762	490.451	-	-	473.762	490.451
Benefícios pós-emprego	656.812	284.762	-	-	656.812	284.762
<b>Total</b>	<b>1.150.489</b>	<b>775.213</b>	<b>-</b>	<b>13.137</b>	<b>1.150.489</b>	<b>762.076</b>

**Total ativo, líquido do passivo (a-b)**

	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Montantes não registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	-	888.506	-	-	-	888.506
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	13.897	-	-	(13.897)
Provisão para litígios	-	127.224	-	-	-	127.224
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	-	386.319	-	-	-	386.319
Provisão ativo regulatório	-	119.309	-	-	-	119.309
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.521.358</b>	<b>-</b>	<b>13.897</b>	<b>-</b>	<b>1.507.461</b>

**Imposto de renda e contribuição social**

	Controladora e consolidado					
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Montantes registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.040.974	157.324	-	-	1.040.974	157.324
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	66.781	53.488	(66.781)	(53.488)
Provisão para litígios	594.407	489.663	-	-	594.407	489.663
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	508.951	127.870	-	-	508.951	127.870
Provisão ativo regulatório	461.031	341.722	-	-	461.031	341.722
Hedge accounting operacional	3.799	-	444			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupirá, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011. Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupirá, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normalização do Poder Concedente, abaixo detalhada. Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 01 de janeiro de 2021 (Nota 1.2 (d)).

Controladora e Consolidado				
	2020	2019		
Três Irmãos				
Ilha Solteira				
Jupirá				
Jaguari				
<b>Total</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>		

**Composição do ativo sujeito à indenização**

Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	19.771	6.357.027	6.337.256
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	-	(1.995.310)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
Total provisões	(1.811.718)	(2.163.830)	(642.318)	-	(4.617.866)	(4.617.866)

**Ativo sujeito a indenização (líquido)**

	1.717.362	2.028	-	19.771	1.739.161	1.719.390
<b>Controladora e Consolidado</b>						
	<b>2020</b>	<b>2019</b>				

**Composição do ajuste ativo contingente**

	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupirá	Total	Total
Ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)	(1.360.386)
Custo atribuído ( <i>deemed cost</i> )	(1.264.198)	-	-	(1.264.198)	(1.264.198)
Portaria MME nº 458	-	2.028	-	2.028	2.028
<b>Ajuste ativo contingente</b>	<b>(1.811.718)</b>	<b>(506.346)</b>	<b>(304.492)</b>	<b>(2.622.556)</b>	<b>(2.622.556)</b>

**9.2.1 Usina Três Irmãos:** Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria MME nº 214/13. Em razão da determinação de novo licitação para operação da UHE Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda (MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "*referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013*". O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos. Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis. Assim, conforme mencionado acima, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor *controverso*), passando a refletir o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor *incontroverso*). Atualmente, a questão está sendo discutida no âmbito judicial, estando o respectivo processo em fase de produção de provas. **9.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupirá:** Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupirá até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, "*considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015*". Para a UHE de Jupirá, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização. Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupirá, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da CESP foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento. Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira - R\$ 506.346 e Jupirá - R\$ 304.492), sendo R\$ 230.040 reconhecido durante o exercício de 2019, na rubrica de Outras receitas operacionais, líquidas, referentes à modernização e melhoria conforme resolução nº 596/2013 da ANEEL. **9.2.3 Usina Jaguari:** Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari ("UHE Jaguari"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a concessão de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União (Nota 1.2 (d)). Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a Companhia reclassificou o valor residual do ativo imobilizado (Nota 11.3) da UHE Jaguari para a rubrica de Ativo sujeito à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. **10. Investimentos: 10.1 Política contábil:** Os investimentos em entidades controladas são avaliados nas demonstrações individuais da Companhia pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. **a) Impairment de investimentos:** Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) para fins de teste de *impairment*.

**b) Composição**

	Controladora e Consolidado			
	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo patrimonial	
	31 de dezembro de 2020	Saldo	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial				
Controladas				
CESP Comercializadora de Energia S.A.	31.176	4.874	100,00	31.176
<b>Total</b>	<b>31.176</b>	<b>4.874</b>	<b>100,00</b>	<b>31.176</b>

**c) Movimentação**

	2020	2019
<b>Saldo inicial em 1/1/2020</b>	<b>51.102</b>	<b>-</b>
Aquisição de investimento	-	1.000
Aumento de capital em investida	-	50.000
Dividendos recebidos	(24)	-
Equivalência patrimonial	4.874	102
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos (Nota 23.5)	(23.618)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.158)	-
<b>Saldo final em 31/12/2020</b>	<b>31.176</b>	<b>51.102</b>

**d) Informações da investida:** Apresentamos a seguir um resumo com as principais informações financeiras da controlada:

**Balanco Patrimonial - CESP Comercializadora S.A.**

	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Circulante	175.873	51.102
Não circulante	20.883	-
<b>Total do ativo</b>	<b>196.756</b>	<b>51.102</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	158.349	-
Não Circulante	7.231	-
Patrimônio Líquido	31.176	51.102
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>196.756</b>	<b>51.102</b>

**Demonstração do Resultado - CESP Comercializadora S.A.**

	2020	2019
Receita líquida	772.063	-
Custo do serviço de energia elétrica	(734.023)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>38.040</b>	<b>-</b>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(10.658)	(44)
Outras despesas operacionais, líquidas	(21.467)	-
	(32.125)	(44)
Resultado financeiro líquido	1.423	178
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>7.338</b>	<b>134</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(11.180)	(32)
Diferidos	8.716	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.874</b>	<b>102</b>

**11. Imobilizado: 11.1 Política contábil: a) Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Administração, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **b) Custos socioambientais:** Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas às instalações da UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

**c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

**11.2 Composição**

Controladora e Consolidado				
	2020	2019		
<b>Em operação</b>				
Taxas anuais médias %				
Custo total				
Depreciação acumulada				
Líquido				
Líquido				

Terrenos	3,3%	273.286	(15.903)	257.383	267.453
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	8.069.195	(3.862.236)	4.206.959	4.376.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	2.085.415	(1.503.146)	582.269	632.413
Máquinas e equipamentos	2,9%	2.077.833	(1.295.860)	781.973	879.058
Veículos	5,4%	6.119	(4.662)	1.457	1.778
Móveis e utensílios	3,9%	3.015	(996)	2.019	468
Custos socioambientais	10,0%	148.162	(31.486)	116.676	142.142
<b>Total</b>		<b>12.663.025</b>	<b>(6.714.289)</b>	<b>5.948.736</b>	<b>6.300.307</b>

**Em andamento**

Edificações, obras civis e benfeitorias	1.541	-	1.541	1.541
Máquinas e equipamentos	4.143	-	4.143	2.831
Outros	2.009	-	2.009	1.264
<b>Total</b>	<b>7.693</b>	<b>-</b>	<b>7.693</b>	<b>5.636</b>
<b>Total</b>	<b>12.670.718</b>	<b>(6.714.289)</b>	<b>5.956.429</b>	<b>6.305.943</b>

**11.3 Movimentação**

	2019	Adições	Baixas	Ativações	Transferências	Depreciação
<b>Em operação</b>						
Terrenos	267.453	-	(441)	-	(64)	(9.565)
Reservatórios, barragens e adutoras	4.376.995	-	-	-	7.459	(185.084)
Edificações, obras civis e benfeitorias	632.413	(40)	1.294	(461)	(50.937)	7.589
Máquinas e equipamentos	879.058	(53)	5.455	(26.704)	(75.783)	-
Veículos	1.778	-	-	-	(321)	-
Móveis e utensílios	468	(7)	1.673	(1)	(114)	-
Custos socioambientais (Nota 17)	142.142	(9.773)	-	-	(15.693)	-
<b>Total</b>	<b>6.300.307</b>	<b>(10.314)</b>	<b>8.422</b>	<b>(19.771)</b>	<b>(337.497)</b>	<b>7.589</b>

**Em andamento**

Edificações, obras civis e benfeitorias	1.541	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.831	8.239	-	(6.927)	-	-
Outros	1.264	2.240	-	(1.495)	-	-
<b>Total</b>	<b>5.636</b>	<b>10.479</b>	<b>(8.422)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.693</b>
<b>Total</b>	<b>6.305.943</b>	<b>10.479</b>	<b>(10.314)</b>	<b>-</b>	<b>(19.771)</b>	<b>7.589</b>

As transferências do ativo imobilizado tratam-se dos ativos referente à UHE Jaguari, devido ao fim da concessão (Nota 9.2.3)

**Em operação**

	2018	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação
Terrenos	309.281	-	(38)	-	(6.356)
Reservatórios, barragens e adutoras	3.842.287	-	-	111	(197.058)
Edificações, obras civis e benfeitorias	955.412	(144)	-	-	(27.060)
Máquinas e equipamentos	1.244.302	(588)	3.110	(87.745)	(280.021)
Veículos	2.104	-	-	-	(326)
Móveis e utensílios	1.008	(451)	-	-	(89)
Custos socioambientais (Nota 17)	-	157.936	-	-	(15.794)
<b>Total</b>	<b>6.354.394</b>	<b>157.936</b>	<b>(1.221)</b>	<b>3.221</b>	<b>(334.428)</b>

**Em andamento**

Reservatórios, barragens e adutoras	69	-	-	(69)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.541	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2.152	3.696	(1)	(3.016)	-
Outros	2	1.345	(28)	(55)	-
<b>Total</b>	<b>2.223</b>	<b>6.582</b>	<b>(29)</b>	<b>(3.140)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>6.356.617</b>	<b>164.518</b>	<b>(1.250)</b>	<b>81</b>	<b>(334.428)</b>

**11.4 Custo atribuído (*deemed cost*):** Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPN 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes. O efeito líquido da adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado no montante de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.345.163. A realização do saldo se dá pela depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, em contrapartida com o reconhecimento no próprio patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

**11.4.1 Movimentação**

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
<b>Saldo inicial em 1/1/2009</b>	<b>3.553.278</b>	<b>(1.208.115)</b>	<b>2.345.163</b>
Realizações acumuladas	(4.992.352)	1.698.566	(3.293.786)
<b>Saldo final em 31/12/2019</b>	<b>(1.439.074)</b>	<b>490.451</b>	<b>(948.623)</b>
Realização no exercício (depreciação)	38.149	(14.137)	24.012
Reclassificação referente a ativos UHE Jaguari	7.505	(2.552)	4.953
<b>Saldo final em 31/12/2020</b>	<b>(1.393.420)</b>	<b>473.762</b>	<b>(919.658)</b>

**11.5 Teste do imobilizado para verificação do *impairment*:** Conforme política contábil, a Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável. **a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*:** O valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa. A metodologia de cálculo do *impairment* considera: (I) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir período de prorrogação ou renovação da usina de Paraulbana. (II) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraulbana. No caso da usina de Porto Primavera o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2049 - E, consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização. A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,99% a.a. (7,09% a.a. em 2019), considerada pela Administração como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia. **b) Resultados do teste de *impairment*:** Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera houve recuperação de seu valor frente às perdas acumuladas contabilizadas até 2019 (R\$ 1.511.782). Desta forma, a Companhia registrou, de forma líquida, reversão de *impairment* no montante de R\$ 7.589 (R\$ 120.405 em 31 de dezembro de 2019), no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

**Controladora e Consolidado**

	2020	Reversão de <i>impairment</i>
<b>Usina</b>		
UHE Porto Primavera	7.396.316	7.403.905
UHE Paraulbana	29.674	29.674
<b>Total</b>	<b>7.425.990</b>	<b>7.433.579</b>
<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>2019</b>	
<b>Usina</b>		
UHE Porto Primavera	7.505.947	7.626.891
UHE Paraulbana	40.612	40.612
UHE Jaguari	22.669	22.130
<b>Total</b>	<b>7.569.228</b>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**19. Benefícios pós-emprego:** A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldo) constituído em 1997. **19.1 Política contábil:** Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincida com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R)IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente. **19.2 Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33:** O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de definição do Ativo	Utilizado o Valor Justo dos Ativos que considera os ativos marcados à mercado.	Utilizado o valor contábil do ativo constante no balancete.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2020.	Taxa definida com base no corredor instituído pela PREVIC na Portaria PREVIC nº 337/2020

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Taxa de desconto anual	6,56% a.a. (3,21% a.a. real)	4,64% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,25% a.a.	3,75% a.a.
Crescimento Real dos Salários	4,28% a.a. (1,00% a.a. real)	1,00% a.a.
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,69% a.a. (0,43% a.a. real)	0,43% a.a.
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Invalidez	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Entrada em Invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Rotatividade	ExpR_2012 agravada em 50%	ExpR_2012 agravada em 50%
Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/ Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/ Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos/ Mulheres: 30 anos
Tempo de filiação ao plano - 15 anos 90% casados e cônjuges masculinos	Tempo de filiação ao plano - 15 anos 90% casados e cônjuges masculinos	Tempo de filiação ao plano - 15 anos 90% casados e cônjuges masculinos

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 da CESP calculado com base no CPC 33 é de R\$ 2.412.379, enquanto o passivo calculado pela Vivest com base na metodologia PREVIC é de R\$ 888.467. **19.3 Plano de migração CESP e equacionamento do déficit:** O equacionamento do déficit apurado na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC Nº 30/2018. Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1. Em sendo aprovado o processo de saldamento, impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os beneficiários que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado. Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido - BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração, que será estabelecido após a aprovação do processo pela PREVIC. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada. O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. **19.4 Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1)IAS 19:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

Premissas:	2020			2019		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6,56%	6,56%	6,56%	7,16%	7,16%	7,16%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	6,56%	6,56%	6,56%	9,00%	9,00%	9,00%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	3,21%	3,21%	3,21%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	NA	4,28%	4,28%	NA	5,88%	NA
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,80%	3,80%	3,80%
Taxa de rotatividade	Experiência Vivest	Experiência Vivest	Experiência Vivest	Experiência Vivest	Experiência Vivest	Experiência Vivest
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca Suavizada em 30%	Light-Fraca Suavizada em 30%	Light-Fraca Suavizada em 30%	Light-Fraca Suavizada em 30%	Light-Fraca Suavizada em 30%	Light-Fraca Suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949	AT - 1949	AT - 1949	AT - 1949	AT - 1949	AT - 1949

**19.4.1 Premissas atuariais**  
**19.4.2 Avaliação atuarial:** Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). **19.4.2.1 Plano BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldo em 31/12/97 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP. **19.4.2.2 Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31/12/97 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31/12/97 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes. **19.4.2.3 Plano CV - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:** Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são: 1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários; 2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários; 3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos; 4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%. O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

Análise de sensibilidade	2020			2019		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Saldo da obrigação de benefício definido se:						
Taxa de desconto por reduzida em 0,5%	7.495.295	1.204.009	183.301	8.882.605	1.204.009	183.301
Taxa de desconto por aumentada em 0,5%	6.823.460	1.065.727	162.506	8.051.693	1.065.727	162.506
<b>Fluxo de caixa projetados</b>						
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte		944	456	1.400	944	456
Estimativa das contribuições dos empregados para o plano no ano seguinte		2.574	-	2.574	2.574	-
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:						
2021	530.888	60.010	10.783	601.681	60.010	10.783
2022	540.115	62.280	11.005	613.400	62.280	11.005
2023	548.744	64.887	11.299	624.930	64.887	11.299
2024	556.531	67.917	11.563	636.011	67.917	11.563
2025	563.220	70.272	11.871	645.363	70.272	11.871
2026 a 2029	2.873.813	391.730	63.358	3.328.901	391.730	63.358

Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2020			2019		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
<b>Ativos</b>						
Disponível	551	516	144	157	113	109
Receível	1.362	413	1	-	-	-
Investimento	5.307.713	5.059.700	996.570	955.525	136.631	148.267
	<b>5.309.626</b>	<b>5.060.629</b>	<b>996.715</b>	<b>955.666</b>	<b>136.744</b>	<b>148.376</b>
<b>Passivos</b>						
Obrigações	(140.943)	(241.064)	(4.556)	(6.200)	(754)	(642)
Fundos não previdenciais	(3.656)	(1.508)	-	-	-	-
Saldos de conta CD	-	-	-	(28.259)	-	(28.642)
	<b>5.165.027</b>	<b>4.818.057</b>	<b>992.159</b>	<b>949.466</b>	<b>107.731</b>	<b>119.092</b>
<b>Valor justo</b>						
a) Conciliação dos ativos e passivos						
Valor da obrigação atuarial líquida				8.449.397	6.665.813	6.665.813
Valor justo dos ativos dos planos				(6.037.018)	(5.866.462)	(5.866.462)
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido				-	37.644	-
<b>Total do passivo líquido</b>				<b>2.412.379</b>	<b>836.995</b>	<b>836.995</b>
<b>b) Demonstração do passivo atuarial</b>						
				<b>2.412.379</b>	<b>836.995</b>	<b>836.995</b>

Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2020	2020			2019				
	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente (c)	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	-	-	178	(489)	-	-	178	(489)
Contribuições de participantes	388.022	63.703	9.082	460.807	388.022	63.703	9.082	460.807
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
Perdas atuariais (d)	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
<b>Saldo final do valor presente das obrigações em 31/12/2020</b>	<b>7.145.620</b>	<b>1.131.378</b>	<b>172.399</b>	<b>8.449.397</b>	<b>7.145.620</b>	<b>1.131.378</b>	<b>172.399</b>	<b>8.449.397</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2020</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes	-	(2.468)	(425)	(2.468)	-	(2.468)	(425)	(2.468)
Contribuições do patrocinador	-	(905)	(1.330)	(1.330)	-	(905)	(1.330)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano (d)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
<b>Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(4.994.967)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.018)</b>	<b>(4.994.967)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.018)</b>
<b>Saldo inicial do superávit irrecuperável em 1/1/2020</b>								
Juros sobre o superávit irrecuperável (c)	-	37.644	-	37.644	-	37.644	-	37.644
Mudança de superávit irrecuperável durante o exercício (d)	-	2.695	-	2.695	-	2.695	-	2.695
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido	-	(40.339)	-	(40.339)	-	(40.339)	-	(40.339)
<b>Total do passivo atuarial líquido</b>	<b>2.150.653</b>	<b>183.518</b>	<b>78.208</b>	<b>2.412.379</b>	<b>2.150.653</b>	<b>183.518</b>	<b>78.208</b>	<b>2.412.379</b>

Saldo inicial do valor presente das obrigações em 1/1/2019	2020			2019				
	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	4.352.006	788.672	70.151	5.210.829	4.352.006	788.672	70.151	5.210.829
Juros sobre a obrigação atuarial	374.491	69.568	6.081	450.140	374.491	69.568	6.081	450.140
Contribuições de participantes	-	5.998	607	6.605	-	5.998	607	6.605
Benefícios pagos pelo plano	(417.648)	(41.902)	(7.386)	(466.936)	(417.648)	(41.902)	(7.386)	(466.936)
Perdas atuariais	1.314.425	79.022	58.087	1.451.534	1.314.425	79.022	58.087	1.451.534
<b>Saldo final do valor presente das obrigações em 31/12/2019</b>	<b>5.623.274</b>	<b>911.823</b>	<b>130.716</b>	<b>6.665.813</b>	<b>5.623.274</b>	<b>911.823</b>	<b>130.716</b>	<b>6.665.813</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano em 1/1/2019</b>	<b>(4.557.451)</b>	<b>(828.191)</b>	<b>(76.577)</b>	<b>(5.461.699)</b>	<b>(4.557.451)</b>	<b>(828.191)</b>	<b>(76.577)</b>	<b>(5.461.699)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)
Contribuições de participantes	-	(5.998)	(607)	(6.605)	-	(5.998)	(607)	(6.605)
Contribuições do patrocinador	-	(2.091)	(251)	(2.342)	-	(2.091)	(251)	(2.342)
Benefícios pagos pelo plano	417.648	41.902	7.386	466.936	417.648	41.902	7.386	466.936
Rendimento dos ativos do plano (d)	(285.273)	(81.917)	(22.670)	(389.860)	(285.273)	(81.917)	(22.670)	(389.860)
<b>Saldo final do valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>
<b>Saldo inicial do superávit irrecuperável em 1/1/2019</b>								
Juros sobre o superávit irrecuperável durante o exercício	205.445	39.519	5.926	250.890	205.445	39.519	5.926	250.890
Mudança de superávit irrecuperável durante o exercício	18.490	3.557	533	22.580	18.490	3.557	533	22.580
Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido	(223.935)	(5.432)	(6.459)	(235.826)	(223.935)	(5.432)	(6.459)	(235.826)
<b>Total do passivo atuarial líquido</b>	<b>805.217</b>	<b>-</b>	<b>31.778</b>	<b>836.995</b>	<b>805.217</b>	<b>-</b>	<b>31.778</b>	<b>836.995</b>

C) Componentes do resultado do exercício	2020			2019				
	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	-	(667)	178	(489)	-	(667)	178	(489)
Custo de juros sobre a obrigação	388.022	63.703	9.082	460.807	388.022	63.703	9.082	460.807
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo" (Receita)/despesa estimada para o exercício	-	2.695	-	2.695	-	2.695	-	2.695
<b>d) Movimentação de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>57.654</b>	<b>(974)</b>	<b>2.453</b>	<b>59.133</b>	<b>57.654</b>	<b>(974)</b>	<b>2.453</b>	<b>59.133</b>

Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	2020			2019			
	BSPS	BD	CV	Total	BSPS	BD	CV
Perda atuarial de alterações de premissas	1.532.613	200.965	38.666	1.772.244	1.532.613		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**23.6 Proposta de destinação do resultado:** Conforme Estatuto da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal; e ii) a realização da mais-valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros. Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 150.001 de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia. Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, será proposta a destinação do dividendo anual obrigatório de R\$ 447.542 em complemento ao Juros sobre capital próprio de R\$ 150.001, totalizando o montante de R\$ 597.543, provisionados no passivo, e ainda, distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 252.822, destacados no patrimônio líquido. Com base na projeção de fluxo de caixa da Companhia e em linha com o objetivo de dar continuidade a estratégia de redução do contencioso além de manter uma estrutura de capital adequada ao seu planejamento estratégico, a administração propõe destinar o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 672.078 à Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação será submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.728.762	1.163.014
(-) Reserva legal - 5%	(86.438)	(58.151)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(28.965)	(28.129)
(+) Reversão da reserva de lucros a realizar	-	35.442
<b>Lucro ajustado do exercício</b>	<b>1.613.359</b>	<b>1.112.176</b>
(-) Juros sobre capital próprio	(150.001)	-
(-) Dividendos obrigatórios (10% do capital social)	(447.542)	(597.543)
(-) Dividendos adicionais	(252.622)	(8.337)
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	<b>763.194</b>	<b>506.296</b>
(-) Reserva estatutária (Expansão - Artigo 33. IV Estatuto Social)	(90.738)	(101.259)
(-) Retenção de lucros	(672.456)	(405.037)
<b>(=) Saldo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício (a)</b>	1.728.762	1.163.014
Quantidade de ações (b)	327.503	327.503
<b>Lucro por ação (a/b)</b>	<b>5,2786</b>	<b>3,5512</b>

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2019 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

	Controladora e Consolidado			
	2020	2019		
<b>Dividendos e JCP</b>	<b>Dividendo e JCP por ação</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Dividendo por ação</b>	
Ações ordinárias - ON	283.374	R\$ 2,5963	201.962	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe A - PNA	19.112	R\$ 2,5963	13.665	R\$ 1,8500
Ações preferenciais classe B - PNB	547.678	R\$ 2,5963	390.253	R\$ 1,8500
	<b>850.164</b>		<b>605.880</b>	

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado			
	2020	2019		
<b>Juros sobre capital próprio</b>	<b>Quantidade de ações (a)</b>	<b>Dividendo por ação</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Dividendo por ação</b>
Ações ordinárias - ON	109.168	R\$ 0,4265	46.558	R\$ 0,4265
Ações preferenciais classe A - PNA	7.386	R\$ 1,8245	13.477	R\$ 1,8245
Ações preferenciais classe B - PNB	210.946	R\$ 0,4265	89.965	R\$ 0,4265
	<b>327.500</b>		<b>150.001</b>	

(a) Terão direito ao JCP, as pessoas inscritas como acionistas da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2020. (b) Quantidade de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2020.

**24. Receita: 24.1 Política contábil:** A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e sua controlada reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do SIN devem ser registrados na CCEE. A Companhia opera nos seguintes mercados de energia elétrica: **a) Mercado livre - Consumidores livres - Industrial:** Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia e sua controlada mantêm contratos de fornecimento. **b) Mercado livre - Agentes comercializadores:** Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados, inclusive comercializadoras que representam geradoras. **c) Mercado regulado - Leilões de energia - Distribuidores:** Neste segmento a Companhia e sua controlada vendem sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. **d) Energia de curto prazo:** A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro energética do SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis. **24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e atualização de preços (não auditado):** A Companhia mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras pela ANEEL, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Reajustes em 2020</b>	<b>Produtos e Preços</b>	<b>Reajuste</b>
<b>Concessionárias</b>	<b>Mês do Reajuste</b>	<b>2009 a 2038</b>
Energisa Borborema	Fevereiro	258,81
Ampla e CPFL Jaguarí	Março	259,45
Light	Março	259,45
Calpe, Coelba, Coelce, Cosern, CPFL Paulista, Energisa MS, Energisa MT e Energisa SE	Abril	259,63
Cemig	Maio	258,83
Copel e RGE	Junho	257,85
Eletropaulo, Energisa Sul-Sudeste e Energisa TO	Julho	258,52
Celelesc, Celpa, Cemar, EDP ES, Elektro Redes e Energisa PB	Agosto	259,45
Coal	Setembro	260,07
CEB, CELG, CPFL Piratininga e EDP SP	Outubro	261,73
CEEE	Novembro	-
CEPISA	Dezembro	266,34

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Reajustes em 2019</b>	<b>Produtos e Preços</b>	<b>Reajuste</b>
<b>Concessionárias</b>	<b>Mês do Reajuste</b>	<b>2009 a 2038</b>
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39
Ampla e CPFL Jaguarí	Março	249,46
Light	Março	249,46
Calpe, Coelba, Coelce, Cosern, CPFL Paulista, Energisa MS, Energisa MT e Energisa SE	Abril	251,33
Cemig	Maio	252,77
Copel e RGE	Junho	253,09
Energisa Sul-Sudeste	Julho	234,58
Celins e Eletropaulo	Julho	234,58
Celelesc, Celpa, Cemar, EDP ES, Elektro Redes e Energisa PB	Agosto	253,60
Coal	Setembro	253,88
CEB, CELG, CPFL Piratininga e EDP SP	Outubro	253,78
CEEE	Novembro	-
CEPISA	Dezembro	255,33

**24.3 Energia vendida:** No quadro a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Mercado livre</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>RS/MWh</b>	<b>(Médio) (*)</b>
Consumidores livres - Industrial	1.980.166	4.003.535	410.534	785.746
Agentes comercializadores	3.784.043	2.664.651	754.809	487.660
	<b>5.764.209</b>	<b>6.668.186</b>	<b>1.165.343</b>	<b>1.273.406</b>
<b>Mercado regulado</b>	<b>MWh (*)</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>RS/MWh</b>	<b>(Médio) (*)</b>
Leilões de energia - Distribuidores de energia	2.020.320	2.015.034	498.445	481.588
Energia de curto prazo	-	-	55.296	72.235
	<b>2.020.320</b>	<b>2.015.034</b>	<b>553.741</b>	<b>553.823</b>
	<b>10.387.176</b>	<b>8.683.220</b>	<b>2.310.150</b>	<b>1.827.229</b>

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

**24.4 Receita líquida:** Conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita bruta</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas com energia	410.534	785.746	833.822	785.746
Consumidores livres - Industrial	754.809	487.660	810.435	487.660
Agentes comercializadores	-	-	112.152	-
Operações de trading	498.445	481.588	498.445	481.588
Leilões de energia - Distribuidores de energia	55.296	72.235	55.296	72.235
Energia de curto prazo	1.719.084	1.827.229	2.310.150	1.827.229
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28.5)	(71.514)	685	(116.295)	685
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguarí	7.190	-	7.190	-
Outras receitas	2.753	2.585	2.753	2.585
	(61.571)	3.270	(106.352)	3.270
	<b>1.657.513</b>	<b>1.830.499</b>	<b>2.203.798</b>	<b>1.830.499</b>
<b>Deduções à receita</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(2.579)	(26.304)	(2.579)	(26.304)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15.098)	(15.631)	(15.098)	(15.631)
Imposto sobre serviços - ISS	(84)	(120)	(84)	(120)
PIS sobre receitas operacionais	(28.268)	(29.316)	(37.900)	(29.316)
COFINS sobre receitas operacionais	(130.205)	(135.032)	(174.570)	(135.032)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(51.389)	(48.801)	(51.389)	(48.801)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(4.930)	(3.999)	(4.930)	(3.999)
	(232.553)	(259.203)	(286.500)	(259.203)
	<b>1.424.960</b>	<b>1.571.296</b>	<b>1.917.248</b>	<b>1.571.296</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>Custo com operação</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>
Depreciação e amortização	(389.287)	(7.965)	(77)	(397.329)
Encargos setoriais	(148.858)	-	-	(148.858)
Energia comprada	(148.580)	-	-	(148.580)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)	-	-	266.644	266.644
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(63.284)	(63.284)
Pessoal	(24.738)	(35.489)	-	(60.227)
PDV - Programa de Demissão Voluntária	(3.578)	(11.420)	-	(14.998)
Serviços de terceiros	(10.151)	(23.162)	-	(33.313)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)	-	-	(4.206)	(4.206)
Seguros	-	(5.966)	-	(5.966)
Benefícios pós-emprego	-	489	-	489
Aluguéis	(618)	(1.099)	-	(1.717)
Materiais	(808)	(868)	-	(1.676)
Administradores	-	(8.765)	-	(8.765)
Reversão de provisão de impairment (Nota 11)	-	-	7.589	7.589
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	66	66
Reversão de provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-	-	527	527
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(8.775)	(7.030)	10.879	(4.926)
	<b>(297.438)</b>	<b>(437.955)</b>	<b>(100.895)</b>	<b>218.138</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>Custo com operação</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>
Depreciação e amortização	(371.319)	(7.875)	(371)	(379.565)
Encargos setoriais	(126.606)	-	-	(126.606)
Energia comprada	(541.111)	-	-	(541.111)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)	-	-	331.952	331.952
Pessoal	(21.580)	(84.745)	-	(106.325)
PDV - Programa de Demissão Voluntária	(9.883)	(101.199)	-	(111.082)
Serviços de terceiros	(13.245)	(33.184)	-	(46.429)
Reversão de provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)	-	-	14.835	14.835
Seguros	-	(3.550)	-	(3.550)
Benefícios pós-emprego	-	489	-	489
Aluguéis	(46)	(1.540)	-	(1.586)
Materiais	(2.985)	(1.586)	-	(4.571)
Administradores	-	(6.900)	-	(6.900)
Reversão de impairment de ativo imobilizado (Nota 11)	-	-	120.405	120.405
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia (Nota 9)	-	-	(230.040)	(230.040)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017	-	-	23.152	23.152
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	8.053	8.053
Reversão de provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-	-	6.048	6.048
Outras despesas, líquidas	(5.240)	(12.640)	(3.202)	(21.082)
	<b>(667.717)</b>	<b>(424.298)</b>	<b>(263.157)</b>	<b>267.282</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Natureza dos custos e despesas</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>Custo com operação</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>
Depreciação e amortização	(389.287)	(7.965)	(77)	(397.329)
Encargos setoriais	(148.858)	-	-	(148.858)
Energia comprada	(602.829)	-	-	(602.829)
Reversão de provisão para litígios (Nota 20)	-	-	266.644	266.644
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(63.284)	(63.284)
Contratos futuros de energia (Nota 18)	-	-	(21.444)	(21.444)
Pessoal	(24.738)	(43.541)	-	(68.279)
PDV - Programa de Demissão Voluntária	(3.578)	(11.420)	-	(14.998)
Serviços de terceiros	(10.151)	(24.389)	-	(34.540)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 17)	-	-	(4.206)	(4.206)
Seguros	-	(5.966)	-	(5.966)
Benefícios pós-emprego	-	489	-	489
Aluguéis	(618)	(1.099)	-	(1.827)
Materiais	(808)	(868)	-	(1.676)
Administradores	-	(8.765)	-	(8.765)
Reversão de provisão de impairment (Nota 11)	-	-	7.589	7.589
Reversão de provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	66	66
Reversão de provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais	-	-	527	527
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(8.775)	(7.918)	10.857	(5.836)
	<b>(751.687)</b>	<b>(437.955)</b>	<b>(111.552)</b>	<b>196.672</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>25.1 Energia comprada e encargos setoriais</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>Custo com operação</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>
Energia comprada	(148.580)	(541.111)	(602.829)	(541.111)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with 7 columns: Valor Principal, Unidade, Valor justo em 31 de dezembro de 2019, Impacto no resultado operacional, Δ Valor justo Outros resultados abrangentes, Perda realizada, Valor justo em 31 de dezembro de 2020. Rows include Programs, Hedge de operações de venda de energia, and Non Deliverable Forward.

28.5.3 Composição
Controladora e Consolidado
2020
Valor contábil Valor justo
297.876 313.650
1.521.199 1.540.603
1.819.074 1.854.253

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Moeda nacional
Debêntures - 11ª emissão
Debêntures - 12ª emissão

e) Instrumentos financeiros derivativos: O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis. O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado.

Table with 7 columns: Caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, instrumentos financeiros, Choque nas curvas de 31/12/2020, Resultados do cenário I, -25%, -50%, +25%, +50%. Rows include Taxas de juros, BRL-CDI, BRL-IPCA, Taxas de câmbio, Dólar americano.

28.6 Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação.

28.7 Demonstrativo da análise de sensibilidade: Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, contratos futuros de energia, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros são a exposição à flutuação do dólar, das taxas de juros CDI e IPCA, cupom de dólar e preços futuros de energia.

29. Riscos do negócio: Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são: 29.1 Risco hidroelétrico e GSF (Generation Scaling Factor): A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidroclógicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidroelétrico.

29.2 Risco de não renovação das concessões: A Companhia detém a concessão de duas usinas hidroelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

Table with 7 columns: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, A partir de 2026, Total. Rows include Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD), Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), Encargos de conexão, Contratos de compra de energia.

32. Informações por segmento: A controlada da Companhia iniciou suas atividades operacionais em 2020 dedicada a comercialização de energia (Nota 1.2 (a)). A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os critérios do CPC 22 Informações por segmento e concluíram que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada por seus ativos ou comprada para revenda para a gestão de seu portfólio de energia.

33. Evento subsequente: O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11.02.2021, aprovou (i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna; com a adesão ao "Termo de Aceleração de Prazo de Extensão de Outorga e de Distinção e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE" e celebração de novo termo aditivo com prazo definitivo, após divulgação dos cálculos finais pela ANEEL; e (ii) o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020, conforme nota 1.2 (i) em Principais Eventos. A Companhia enviará sua manifestação à ANEEL até 12.02.2021.

Table with 2 columns: DIRETORIA, CONTADOR. Rows include Mario Bertoncini (Diretor Presidente e de Relações com Investidores), Marcelo de Jesus (Diretor Financeiro), Rafael Reva (Contador - CRC 053.271/O-0 "SP").

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
CESP - Companhia Energética de São Paulo
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo, e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e sua controlada não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA
GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.2.1
Em setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Companhia avaliou as informações disponíveis e divulgou que poderá obter extensão de concessão de suas outorgas para compensar valores já desembolsados em períodos anteriores. Também divulgou que em razão das circunstâncias descritas na nota explicativa, não é possível conhecer com razoável segurança qual será o tempo de extensão das concessões e/ou os montantes de períodos passados que serão objeto da compensação e, por consequência, qual poderá ser o valor que será reconhecido nas demonstrações financeiras em 2021. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do possível impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia a época da contabilização e das incertezas existentes na determinação do momento de reconhecimento do direito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias. • Obtivemos e discutimos os memorandos preparados pela administração, que consideram as incertezas para a determinação com razoável segurança de valores e direitos à extensão de concessões. • Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado dos trabalhos efetuados, consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Provisão para litígios - Nota 20
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos no valor de R\$ 1.748.257 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias. • Obtivemos e discutimos os memorandos preparados pela administração, que consideram as incertezas para a determinação com razoável segurança de valores e direitos à extensão de concessões. • Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado dos trabalhos efetuados, consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 11 e 12
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seus ativos imobilizados e intangíveis, os montantes de R\$ 5.956.429 mil e R\$ 1.509.895 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Table with 7 columns: Caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, instrumentos financeiros, Choque nas curvas de 31/12/2020, Resultados do cenário I, -25%, -50%, +25%, +50%. Rows include Taxas de juros, BRL-CDI, BRL-IPCA, Taxas de câmbio, Dólar americano.

29. Riscos do negócio: Os riscos de negócio mais relevantes no entendimento da Companhia são: 29.1 Risco hidroelétrico e GSF (Generation Scaling Factor): A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidroclógicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidroelétrico.

29.2 Risco de não renovação das concessões: A Companhia detém a concessão de duas usinas hidroelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

Table with 7 columns: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, A partir de 2026, Total. Rows include Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD), Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), Encargos de conexão, Contratos de compra de energia.

32. Informações por segmento: A controlada da Companhia iniciou suas atividades operacionais em 2020 dedicada a comercialização de energia (Nota 1.2 (a)). A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram os critérios do CPC 22 Informações por segmento e concluíram que há apenas um segmento operacional. A Companhia administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada por seus ativos ou comprada para revenda para a gestão de seu portfólio de energia.

33. Evento subsequente: O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11.02.2021, aprovou (i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna; com a adesão ao "Termo de Aceleração de Prazo de Extensão de Outorga e de Distinção e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE" e celebração de novo termo aditivo com prazo definitivo, após divulgação dos cálculos finais pela ANEEL; e (ii) o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020, conforme nota 1.2 (i) em Principais Eventos. A Companhia enviará sua manifestação à ANEEL até 12.02.2021.

Table with 2 columns: DIRETORIA, CONTADOR. Rows include Mario Bertoncini (Diretor Presidente e de Relações com Investidores), Marcelo de Jesus (Diretor Financeiro), Rafael Reva (Contador - CRC 053.271/O-0 "SP").

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
CESP - Companhia Energética de São Paulo
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo, e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e sua controlada em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e sua controlada não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA
GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.2.1
Em setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Companhia avaliou as informações disponíveis e divulgou que poderá obter extensão de concessão de suas outorgas para compensar valores já desembolsados em períodos anteriores. Também divulgou que em razão das circunstâncias descritas na nota explicativa, não é possível conhecer com razoável segurança qual será o tempo de extensão das concessões e/ou os montantes de períodos passados que serão objeto da compensação e, por consequência, qual poderá ser o valor que será reconhecido nas demonstrações financeiras em 2021. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do possível impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia a época da contabilização e das incertezas existentes na determinação do momento de reconhecimento do direito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias. • Obtivemos e discutimos os memorandos preparados pela administração, que consideram as incertezas para a determinação com razoável segurança de valores e direitos à extensão de concessões. • Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado dos trabalhos efetuados, consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Provisão para litígios - Nota 20
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos no valor de R\$ 1.748.257 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias. • Obtivemos e discutimos os memorandos preparados pela administração, que consideram as incertezas para a determinação com razoável segurança de valores e direitos à extensão de concessões. • Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado dos trabalhos efetuados, consideramos que as divulgações efetuadas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 11 e 12
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seus ativos imobilizados e intangíveis, os montantes de R\$ 5.956.429 mil e R\$ 1.509.895 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Discussão com administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Com o auxílio dos nossos especialistas, efetuamos o entendimento das políticas da administração e do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como a análise das principais premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.